

Comunistas, Índios e camponeses

Marcelo da Silva Linsⁱ

Da sua fundação em 1922, até início dos anos 1950, o Partido Comunista do Brasil (PCB) não havia conseguido desenvolver nenhum trabalho sistemático no meio rural. As palavras de Astrojildo Pereira, dirigente na época, bem revelam essa debilidade:

“O elemento camponês representava apenas uma palavra incluída no BOC, era desejo, um propósito, mas mesmo assim servia como indicação de largos e justos objetivos. Nada se fez de prático nesse sentido porque na realidade o partido não sabia como fazê-lo, como aproximar-se do campo, como promover a tarefa, que os livros diziam ser fundamental, de aliança entre operários e camponeses.”ⁱⁱ

Tento demonstrar nesse texto, que na região cacauzeira da Bahia, onde se localizam os municípios de Ilhéus e Itabuna, entre 1935 e 1937, os comunistas investiram em setores que não se incluem onde tradicionalmente priorizaram suas ações. Refiro-me aqui aos trabalhadores rurais e aos indígenas. As principais fontes foram os jornais locais, e a denuncia do Procurador do Tribunal de Segurança Nacional.

As origens do PCB na região cacauzeiras da Bahia remontam a 1927, quando o professor e jornalista Nelson Schaun, filiou-se ao partido em 1927, junto com Edson Joaquim de Moraes e do russo Zalman Epelⁱⁱⁱ, apelidado Zulmiro. As primeiras reuniões ocorreram na sede do Sindicato de Carregadores.

A partir de 1935 o PCB se lança no processo de construção de uma frente ampla com a criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Foram criados vários núcleos na região. Em Ilhéus teve a adesão de vários segmentos da classe média, e do então prefeito Eusíbio Lavigne.

As principais atividades dos membros do PCB no período 1935-1937 estão relacionadas as seguintes áreas: a atividade sindical; os embates com a Ação Integralista Brasileira, ocorrendo inclusive um atentado a bomba na sede da AIB; as atividades de imprensa comunista, chegando a ter um jornal em Ilhéus, “A Frente”, e “O Gladiador” em Itabuna, além da Tipografia de Afrodísio Laranjeira, de Pirangy, onde eram impressos vários boletins comunistas e anti-integralistas que eram distribuídos em várias cidades da região; as atividades de um grupo de militantes comunistas no seio da polícia militar, no sentido de se tentar um levante desse contingente, e o desvio de armamento e

munição; e ainda as atividades junto aos indígenas da região de Olivença, distrito de Ilhéus, sendo que o partido estabeleceu relação direta e desenvolveu ações com a principal liderança indígena na época, o caboclo Marcelino.

Em Itabuna, existiu uma célula comunista que funcionava na casa do Alfaiate Clodoaldo Brito Melgaço, conhecido como “*Dunga*” e tinha como principal dirigente André Bento da Silva, que usava como pseudônimo “*Lehemann*”. Também participavam das reuniões na casa do alfaiate Dunga, Luis Câmara Bittencourt Sá, Cezino Antonio dos Santos, Celso Gomes de Jesus. Outro alfaiate, Agenor Aloysio Gomes – membro da diretoria do Sindicato de Ofícios Vários - também realizava reuniões na sua casa. Nessas reuniões, além dos militantes locais, constantemente compareciam Nelson Schaun e Tercilio Oliva de França, médico, que foi o presidente do núcleo local da ANL.

Ainda em Itabuna, em 1937 registrou-se a ocorrência de denúncias chamando a atenção das autoridades policiais para a distribuição de “*boletins subversivos de procedência vermelha*”, e também da *Classe Operária*, órgão oficial do PCB. A notícia registra que não é a primeira vez que tal fato ocorre. E que o mesmo tem acontecido principalmente “pelos lados do bairro da Conceição e centro da cidade,(...) em grandes quantidades e introduzidos embaixo das portas de casas particulares”^{iv}.

Existiu também em Pirangy uma célula, cuja liderança era o acreano Rodrigo Vieira Machado, comerciário, que participou de movimentos da ANL contra os integralistas e era responsável por publicar boletins na tipografia de Afrodisio Laranjeira em Pirangy.

É interessante observar que esses militantes desenvolviam ações em toda região, o que demonstra que não agiam isoladamente por município e sim, que existia uma integração e planejamento regional. Sendo assim, quando por ocasião de embates com a Ação Integralista Brasileira (AIB), a ANL resolveu invadir e explodir a sede integralista. Estavam envolvidos nessa operação, André Bento da Silva e Horácio Pessoa de Albuquerque, de Itabuna, e mais dois membros da Polícia Militar de Ilhéus, o Cabo José Euclides Gomes e o soldado Elias Alves de Souza Moraes, um pernambucano que morava em Ilhéus e que usava o pseudônimo “João Guerra”. A ação obteve êxito, a sede da AIB foi invadida em 13 de agosto de 1935, enquanto se realizava uma atividade integralista.

Outra ação dos comunistas em Ilhéus foi desenvolvida no seio da Polícia Militar, e coordenada também pelo alfaiate Gildah Amorim, já havia anteriormente estabelecido contatos e conseguido adeptos no seio da corporação. Foi instalada uma célula na Companhia da Polícia Militar de Ilhéus, que pretendia efetuar duas importantes ações: organizar os militares para sublevação e se apoderar do armamento e munição para servir a outras frentes organizadas pelo partido.

Para esse fim, o já citado Elias Alves de Souza Moraes ingressou no contingente da PM, visando facilitar a articulação entre a PM e o movimento. Outros militares envolvidos foram: o cabo Brasilino Pereira Nunes, que foi indiciado como organizador do plano, Carlos da Mota Coelho, empregado do almoxarifado e o cabo José Euclides Gomes.

Em 23 de novembro, em Recife ocorreu a sublevação do Quartel, dando início ao que ficou conhecido na história do Brasil como “Intentona Comunista”, com os levantes dos quartéis em Natal e no Rio de Janeiro. A tentativa de revolta foi logo derrotada não passando do dia 27 do mesmo mês.

A data permite supor que os acontecimentos de Ilhéus estavam inseridos no contexto da “Insurreição Comunista”, pois na noite de 18 de novembro ocorreram conflitos na companhia de Polícia de Ilhéus que levaram a prisão do cabo José Euclides e do cabo Brasilino Pereira Nunes”^v.

Quando ocorreu a Insurreição Comunista em novembro de 1935, foram efetuadas prisões em Itabuna, relatadas pela imprensa local ao se referir a infiltração comunista na região cacauzeira, que segundo o autor, numa matéria denominada “O Perigo vermelho” relata:

**“(...) Aqui entre nós não perderam tempo os adeptos da desordem. Foram criados núcleos. Ilhéus era um pequeno viveiro de comunistas. Tinha regalias os colaboradores de Lenine. A bomba de dinamite já era o argumento decisivo das suas resoluções.
Os emissários já estavam se internando pelas nossas fazendas e explorando a boa fé e a ignorância dos nossos trabalhadores rurais.
Os fazendeiros já sentiam de perto o bafo das ameaças.
As greves desenhavam-se. Minavam aos poucos os alicerces da nossa prosperidade.
A população criteriosa das nossas cidades, porém, não cria no perigo. Com o fracasso do golpe, a polícia vai desvendando aos poucos os planos tenebrosos dos conspiradores. A cadeia pública da cidade está cheia de implicados no movimento.
O Cap. Salomão Rhen, delegado especial, (...) vai aos poucos esclarecendo responsabilidades(...)depois do inquérito virá a publico ao baixar das mascaras quantos leões escondidos em peles de cordeiro e o perigo que atravessávamos(...)”^{vi}**

Essa matéria traz a informação a respeito de prisões ocorridas na região por ocasião da insurreição comunista. Observa-se também a referência que a mesma faz às greves e à movimentação nas fazendas. Trata-se das ações do Sindicato dos Empregados Agrícolas, que então chamava a atenção da sociedade e despertava o medo com relação aos comunistas.

Vários militantes do PCB estavam inseridos no meio sindical. A principal liderança do PCB da região o professor Nelson Schaun, era da direção da União Protetora dos Artistas e Operário de Ilhéus. Cantídio Lima de Oliveira era do Sindicato dos Ferroviários e presidente da União Sindical de Ilhéus, entidade que reunia seis sindicatos e Agenor Aloysio Gomes no Sindicato da Construção Civil e Ofícios Vários.

Um capítulo à parte, no que se refere aos sindicatos dessa época foi construído pelos trabalhadores rurais. Em 1934, em Pirangy, na época distrito de Ilhéus, atualmente município de Itajuípe, foi fundado o Sindicato dos Empregados Agrícolas de Ilhéus com sede em Pirangy (daqui por diante SEA), tendo como principal liderança desse processo o comunista Joaquim Cunha Filho. Além dele o partido também contava com a atuação de Ariston Barcelar junto aos trabalhadores rurais.

Após sua fundação o sindicato tentou se oficializar, sem êxito, pois a legislação em vigor não permitia. As principais frentes de luta do Sindicato dos Empregados Agrícolas tinham um caráter fortemente classista, sendo possível percebê-lo nas notícias de jornal onde consta, por exemplo, a luta pela jornada de trabalho de oito horas, a denúncia do não pagamento das horas extras e ao mesmo tempo denuncia as “dispensas” - instrumento de dominação utilizado pelos proprietários de terras que sempre deixavam os trabalhadores endividados como forma de mantê-los sob controle. Em 25 de abril de 1935 o Jornal Ilheense “Diário da Tarde” publicou na íntegra o telegrama enviado pelo SEA:

“O Sindicato dos Empregados Agrícolas compreendendo justas as reivindicações das massas trabalhadoras das fazendas, chama a atenção da imprensa para a situação cada vez mais aflitiva dos trabalhadores duramente escorchados pelos processos de fornecimento de gêneros alimentícios através das dispensas patronais. Os artigos de primeira necessidade são sempre de qualidade inferior, vendidos por preços correntes das praças vizinhas e além disso com o peso ilegal. O empregado trabalha 9 a 10 horas por dia, sem direito a extraordinários, ganhando salário insignificante que é todo absorvido pela compra de mercadorias da pior espécie e custo elevado. Esse órgão prestará grande serviço a vida dos trabalhadores agrícolas noticiando o fato. Atenciosas saudações.”^{vii}

Esse telegrama deixa claro que ainda em 1935, permaneciam firmes na região cacauzeira da Bahia os aparelhos de dominação coronelistas, usados tradicionalmente, onde o trabalhador nunca conseguia se ver livre da dívida contraída na dispensa do fazendeiro e era por esse motivo, impedido de se desvincular do trabalho.

O sindicato iniciou a partir de então uma campanha que priorizou, entre outras bandeiras de luta, o fim das dispensas e o estabelecimento de uma jornada de trabalho de oito horas. Essa campanha levou à demissão de trabalhadores que aderiram às reivindicações não se submetendo aos preços extorsivos e não aceitando compras na dispensa da fazenda, levando o sindicato a denunciar tais demissões através da imprensa.^{viii}

A campanha se ampliou, tendo o sindicato desenvolvido-a através de um trabalho de mobilização corpo a corpo, com visitas às fazendas, que surtiu efeito, levando o conflito ao conhecimento do conjunto da sociedade a qual se manifestou. E alguns fazendeiros fizeram questão de se adiantar e tomar medidas, cedendo às pressões. O Coronel Avelino Fernandes chegou a proibir que seus administradores tivessem dispensas nas fazendas. Isso foi noticiado através do sindicato com o intuito de divulgar e ao mesmo tempo na tentativa de influenciar os demais. A repercussão parece ter sido muito boa, pois menos de quinze dias depois o mesmo Coronel e mais D. Laura Pimentel Lavigne anunciaram que adotaram em suas fazendas a jornada de oito horas de trabalho.^{ix}

No meio desses conflitos que se prenunciavam, a Inspetoria do Trabalho anunciou o envio de um funcionário para a região cacauzeira da Bahia para apurar os fatos. Essa notícia chamou a atenção dos Fazendeiros que começaram a se organizar, e pressionaram a Associação dos Agricultores, entidade que reunia os proprietários de terras, para que fossem tomadas providências.

O SEA pediu providências ao prefeito de Ilhéus, o Sr Eusínio Lavigne, membro da ANL (Aliança Nacional Libertadora) que enviou telegrama ao senhor Avelino Fernandes saudando-o pelo gesto de acabar com as dispensas e fez questão de publicar tal telegrama.

Em Ilhéus um dos líderes da oposição ao prefeito, uma importante figura que também já havia sido prefeito, o Coronel Misael Tavares, fazendeiro e negociante, dono de uma das maiores fortunas do município, diante de tanta polêmica que estava sendo criada em torno da campanha iniciada pelo sindicato fez questão de se manifestar, com a idéia de não deixar a ANL sozinha tirar proveito da

situação e proibiu as dispensas nas suas fazendas. Tal notícia foi assim anunciada pelo sindicato, através de telegrama enviado a imprensa, com certa dose de ironia^x:

“Pirangi, 21. O Coronel Misael Tavares proibiu terminantemente dispensas nas suas fazendas. O Sindicato dos Empregados Agrícolas agradece ao gesto nobre e espera também que o grande capitalista conceda oito horas de trabalho e a liberdade de sindicalização aos seus assalariados. Saudações Proletárias. A Diretoria”.

Percebendo o nível de mobilização que os trabalhadores estavam almejando, aumentando inclusive o leque das reivindicações, ampliando-se para o aspecto político, exigindo a liberdade de sindicalização, e pelas pressões recebidas dos fazendeiros, a Associação dos Agricultores de Ilhéus, entidade que reunia os proprietários de terras tomou algumas providências no sentido de se contrapor à mobilização dos trabalhadores. Convocou uma assembléia geral onde foi deliberado^{xi}:

“(...) ficou assentado pela assembléia recomendar a todos proprietários agrícolas a adoção em suas propriedades, como alguns já o fizeram, da jornada de oito horas de trabalho, em cumprimento das leis sociais vigentes. (...) pedindo também aos fazendeiros que modifiquem, em benefício dos trabalhadores, as tabelas nas dispensas.(...)isso vem ao encontro do que vem pleiteando decididamente o Sindicato dos Empregados Agrícolas, que hoje é o interprete legítimo das aspirações de sua classe(...)”

Poucos dias após a assembléia, uma Nota Pública dirigida “*aos seus associados e a todos os lavradores em geral*”, deixa claro que os fazendeiros estavam cedendo por estarem também preocupados com o movimento e sua possível ligação ideológica. Apelando aos fazendeiros e alertando para o perigo do movimento atingir maiores proporções e o medo das tendências “anarquistas”:^{xii}:

“(...) regularizas, em definitivo essas relações de trabalho, entre patrão e empregado. Isso principalmente, para evitar que lutas e movimentos injustificáveis, venham a produzir desharmonias e tendências anarquistas no seio dos trabalhadores, neste instante, de crise aguda que todos atravessamos – movimentos aliaz, que poderiam causar prejuízos consideráveis”.^{xiii}

Mas os conflitos não param por aí. Mesmo dando a entender que a entidade que representava a classe dos fazendeiros cedeu as pressões, nem todos os fazendeiros se mostraram sensíveis a tal questão. Chegou a ocorrer greve em fazendas, como a ocorrida na propriedade do Sr. Anacleto Alves da Silva, organizada pelo Sindicato, levando o referido fazendeiro a convocar as autoridades do município a tomarem providências alegando: “*os homens que vinham executando minhas ordens*

havam paralisado todo o trabalho, alegando que tinham sido aconselhados por um Sr. Joaquim Cunha Filho a tomarem tal atitude. (...)”^{xiv}

Sobre essa greve, Joaquim Cunha volta a chamar a atenção para a Inspetoria do Trabalho e propõe a convocação da Convenção Coletiva do Trabalho como forma de sanar o problema.^{xv}

Uma característica interessante que vale destacar no SEA-Ilhéus/Pirangy, além da sua postura classista, foi a sua articulação com outras categorias e organização em outros âmbitos. O Sindicato era na verdade de base regional, atuava em Pirangy, Ilhéus, e chegou a ter “uma sucursal” em Água Preta, atual Uruçuca^{xvi}. Participou de encontros e congressos que ocorreram no período, tendo sido enviado Isidoro Bispo dos Santos junto com uma delegação ao Congresso da Unidade Sindical organizado pela Federação dos Trabalhadores Baianos ocorrido em meados de agosto de 1935 em Salvador^{xvii} e do Primeiro Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos em 1936.

Além disso, realizou atos, festividades junto com outras entidades, de outras categorias. Como exemplo ocorreram festas onde estavam juntos com a União Protetora dos Artistas e Operários de Ilhéus e seu principal líder, e dirigente do PCB, Nelson Schaun, em festividades em Pirangy.^{xviii}

ÍNDIOS

Os índios do distrito de Olivença em Ilhéus estavam passando por um processo de conflito pela posse da terra, sendo liderados por Marcelino José Alves, conhecido como Caboclo Marcelino ou ainda Croatá. Os conflitos na região se desenrolavam desde o início do século.

Mas de fato o que caracteriza a ação do partido, foi a participação efetiva, inicialmente de José Martins da Silva, que usava como pseudônimo “Inocência” ou “Zeca de Saul” e depois “Edmundo” e que passou a conviver com os índios, dando apoio e ajudando no processo de organização. Depois de outros membros do PCB, Gildah Alves Amorim apelidado de “Antônio Bigode Branco”, Hemetério Jose de Santana, Nelson Schaun, Horácio Pessoa de Albuquerque, e Joaquim Cunha Filho.

Na tentativa de descaracterizar a luta dos indígenas pela terra e ainda como forma de justificar a repressão, as autoridades passaram a denominar os conflitos de “revolta comunista”. Afinal, o contexto pós novembro de 1935 propiciava tal argumento.

De acordo com a denúncia da Procuradoria do TSN o Plano era de uma grande “Conflagração de toda a zona sul do Estado da Bahia”. Tal plano se efetivaria com a tomada das armas do Contingente da Polícia Militar que serviria para desarmar a polícia, ao mesmo tempo em que armaria os comunistas e principalmente o grupo indígena que iniciaria a revolta com a tomada de Olivença.

Guardadas as devidas proporções, em se tratando de relato formulado pelas forças da repressão, de fato, alguns índios de Olivença, em função dos conflitos com posseiros e fazendeiros, refugiaram-se no Posto Indígena Paraguaçu, na época posto do SPI (Serviço de Proteção ao Índio). Em março de 1936 a Polícia Militar do Estado iniciou perseguição para prisão desses índios que se encontravam em área federal. Ocorreram embates na Serra da Palmeira, área localizada entre Ilhéus e Itabuna, onde as forças policiais foram derrotadas, e o seu comandante, o Tenente Francisco Martinho Dourado foi tombado gravemente ferido. Tal derrota levou o governo do Estado a enviar reforços para a região, após autorização do Ministério da Guerra^{xix}. Tal operação levou a prisão das principais lideranças indígenas, dos comunistas que lá atuavam, e ainda, Telesforo Martins Fontes, funcionário público, encarregado do posto.

Aqui cabe um parêntese no nome de Joaquim Cunha Filho. Descrevemos nesse trabalho algumas das atividades desenvolvidas pelo Sindicato dos Empregados Agrícolas entre Ilhéus, Pirangy e Água Preta. O que surpreende é ver na denúncia ao Tribunal de Segurança Nacional, o seu nome vinculado à militância junto aos indígenas e não ao SEA.

ⁱ Mestrando em História Social pela Universidade Federal da Bahia-UFBA.

ⁱⁱ PEREIRA, Astrojildo. *Ensaio Histórico e políticos*, São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. p.112.

ⁱⁱⁱ Denúncia do Procurador do Tribunal de Segurança Nacional.

^{iv} Jornal A Época de 20 de março de 1937.

^v Fato relatado na mencionada Denúncia do Procurador do tribunal de Segurança Nacional.

^{vi} Jornal O Intransigente de 21 de dezembro de 1935

^{vii} Diário da Tarde, de 25 de abril de 1935, p.3.

^{viii} Diário da Tarde, de 21 de maio de 1935.

^{ix} Diário da Tarde de 04 de junho de 1935 e Diário da tarde de 15 de junho de 1935.

^x Diário da Tarde de 22 de junho de 1935, Capa.

^{xi} Diário da Tarde, de 15 de julho de 1935, Capa.

^{xii} Diário da Tarde, de 18 de julho de 1935, matéria da capa, com manchete dando destaque.

^{xiii} A grafia encontrada na notícia foi mantida.

^{xiv} Diário da Tarde de 19 de julho de 1935.

^{xv} Diário da Tarde de 22 de julho de 1935.

^{xvi} Discurso Pronunciado por Dr. Montival Lucas por ocasião da Assembléia realizada por iniciativa da FETAG-BA em homenagem a memória do falecido Joaquim Cunha Filho, em 1º de setembro de 1968.

^{xvii} Diário da Tarde de 16 de agosto de 1935

^{xviii} Diário da Tarde de 31 de outubro de 1935.

^{xix} Povos Indígenas do Sul da Bahia. Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu(1910-1967). Museu do Índio- FUNAI, Rio de Janeiro, 2002. p. 49.